SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/03/2015 - Telesíntese

Marco Civil: Anatel deve publicar nesta quinta sua consulta à sociedade

Enquanto o comitê gestor da Internet já fechou a sua consulta e o Ministério da Justiça recebe um grande número de contribuições, a Anatel vai ainda lançar a sua consulta, com um elenco de perguntas técnicas sobre a regulação da internet.

Deve ser publicada nesta quinta-feira, dia 5, a consulta pública da Anatel sobre a regulação do Marco Civil da Internet. A intenção da agência é fazer um rol de perguntas técnicas. As respostas a essas perguntas poderão subsidiá-la no assessoramento à formulação da regulação, conforme estabeleceu a própria lei. O Ministério da Justiça foi o primeiro a lançar a sua consulta pública – em aberto – sem qualquer indicação sobre quais seriam os pontos de atenção do governo.

O Comitê Gestor da Internet (CGI), por sua vez, já fechou a consulta pública e promoveu uma audiência pública onde o centro dos debates foram a neutralidade da rede e o zero rating, ou o acesso à internet gratuito ou patrocinado.

Há uma preocupação da agência – não explicitada formalmente – de perder a sua atribuição legal, prevista na Lei Geral de Telecomunicações, de regular as redes de banda larga sob o argumento (defendido por alguns interlocutores do Ministério da Justiça) de que a internet deveria ser acompanhada, a partir do Marco Civil, por outra instância. Esta "outra instância" chegou a ser defendida pela Secretária Nacional do Consumidor, Juliana Pereira, quando apresentou a proposta de projeto de lei do sigilo de dados também sob consulta pública.

04/03/2015 - Teletime

"Regulação de mídia é controle remoto", diz novo presidente da CCT da Câmara

O deputado Fábio Sousa (PSDB-GO), eleito nesta quarta-feira, 4, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, afirmou que a proposta de regulação da mídia, que vem sendo prometida pelo governo, caso chegue, será debatida. Mas avisa que tem uma opinião pessoal contrária sobre o assunto. "Eu acho que não deve regulamentar coisa nenhuma, porque a liberdade de imprensa é algo muito sério e jamais deve ser combatida", disse.

"Regulação da mídia para mim é o uso do controle remoto, é pai desligando a televisão em programas não apropriados para seus filhos, é você decidindo o que vai assistir", ressaltou Sousa. O deputado, que é radialista e evangélico, inclui o aluguel de horários de televisão como uma das formas de liberdade de expressão. "O que não pode é beneficiar apenas um credo religioso", afirmou.

Fábio Sousa foi apresentador de um programa de televisão por quase 20 anos em uma emissora de Goiânia, e reconheceu que a igreja da qual é pastor locava o horário. Ele disse que deixou de apresentar o programa desde sua eleição.

Sobre prioridades, Sousa foi vago. Disse que vai analisar os projetos pendentes e colocar a pauta em dia. "Mas eu quero convidar os ministros da área, da Ciência, Tecnologia e Inovação e das Comunicações, para saber o que eles estão propondo para este ano, o programa para todo o mandato", disse.

Segundo o parlamentar, um dos projetos que será analisado é o que regulamenta a profissão de cientista, de sua autoria. Ele também dará ênfase ao debate sobre banda larga. "A Internet de outros países, como da Argentina e do Chile, é muito melhor que a nossa, alguma coisa está errada, até porque ninguém vive sem Internet" ressaltou. "O bom dessa comissão é que ela é muito bonita, têm vários assuntos importantes que não são ideológicos ou partidários, a discussão aqui é de alto nível", disse.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/03/2015 - CUT

"Sem direito não é legal": Campanha Internacional pressiona McDonald's

CUT e Contracs se somam à mobilização contra abusos e ilegalidades

Pagamentos inferiores ao mínimo estabelecido por lei, acúmulo de funções sem a devida remuneração, jornada móvel variável, não reconhecimento à insalubridade, horas extras não remuneradas, supressão de intervalos para descanso e refeições, acusação de fraudes nos holerites e no registro de horas trabalhadas, utilização de mão de obra de menores de idade em atividades proibidas à faixa etária. Estas são algumas das práticas corriqueiras do McDonald's que levaram sindicalistas do mundo inteiro a se somarem para por fim aos abusos da multinacional estadunidense.

Com o mote "Sem direito não é legal", a Campanha Internacional do Trabalho Decente no McDonald's foi lançada no final de fevereiro no Brasil, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), que exigem respeito à legislação trabalhista e o fim da impunidade.

Maior rede de fast-food do Brasil, onde controla 60% do mercado de comida rápida, a multinacional estadunidense é uma das maiores empregadoras, com cerca de 50 mil trabalhadores, grande parte deles submetidos a condições degradantes. Na América Latina, a rede está presente em mais de 20 países, com mais de duas mil lanchonetes e 90 mil trabalhadores, onde especialistas projetam receita de US$ 2 bilhões anuais – metade dela no Brasil.

No dia 23 de fevereiro, várias entidades sindicais entraram com uma ação civil pública contra o McDonald's, denunciando que a agressão à legislação trabalhista é uma prática de concorrência desleal por meio de "dumping social". A ação reivindica que a multinacional fique impedida de abrir novas lojas no país até que cumpra a lei. No mesmo sentido, foi enviada ação ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para que sejam apuradas as denúncias.

"Por meio desta ação civil pública estamos fazendo história no Brasil, cobrando que o McDonald's adote boas práticas e cumpra a lei, porque queremos empregos dignos e seguros para os nossos jovens, com direito e proteção", afirmou Maria Godói de Faria, secretária geral adjunta da CUT Brasil. Para Maria, que representou a CUT no evento, é essencial que a sociedade, o conjunto dos consumidores, seja informado sobre o que está se passando dentro das lanchonetes, para que também possa contribuir com o movimento, "pressionando, ampliando a solidariedade contra os atropelos que vêm sendo praticados para alavancar os lucros de uma empresa que desrespeita os trabalhadores".

De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio e Serviços (Contracs/CUT), Alci Matos Araújo, entre as violações está a do descumprimento dos acordos coletivos e agressões às condições de saúde e segurança da categoria. "Há muitos trabalhadores que sofreram cortes, frituras, queimaduras em razão da atividade que exercem, o que leva constantemente às críticas sobre segurança no trabalho", afirmou Alci, lembrando que, no próprio lançamento da campanha, "tivemos muitos trabalhadores apresentando suas denúncias".

O arrocho salarial é outro ponto a ser combatido, bem como a qualidade da comida servida aos trabalhadores, frisa o presidente da Contracs. "Em uma matemática simples, 4 hambúrgueres vendidos pagam um trabalhador, tamanha a defasagem do salário. Sem falar na questão da alimentação, que é bem ruim para o trabalhador, baseada muitas vezes em refrigerantes e lanches da própria empresa, sem vale-refeição ou subsídios. Nós queremos uma alimentação digna, com vitaminas e minerais necessários ao corpo. Basear a alimentação na cultura brasileira, com arroz e feijão, não na americana, com os fast foods", enfatizou.

A mobilização conta com apoio do SEIU (Sindicato Internacional do Setor de Serviços) e da IUF (Federação Global de Trabalhadores de Hospitalidade). Lançado em maio do ano passado em Nova Iorque, o movimento já conta com sindicalistas de 32 países.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/03/2015 - Adital

América Latina alcança meta mundial de redução da fome, mas prossegue com desigualdades

Relatório publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) aponta a América Latina como a primeira e única região do mundo que alcançou, de maneira antecipada, a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Grande parte dos países da região cumpriu o fim de redução da fome, estabelecido pela Cúpula Mundial da Alimentação (CMA). Segundo a organização, nenhuma outra parte do globo está sequer próxima da conquista.

A meta estipulada pelos ODM é de, no período de 1990 a 2015, reduzir à metade a prevalência de pessoas que sofrem da fome no mundo. Até 2014, no entanto, a América Latina já conseguiu reduzir esta proporção de 14,4% para 5,1%, superando a meta. Nesse mesmo sentido, a CMA propôs que, no mesmo período de tempo, fosse reduzido à metade o número absoluto de pessoas com fome. Também aí os países latino-americanos foram além, diminuindo esse índice de 60,3 milhões de pessoas subalimentadas, em 1990, para 29,5 milhões, no ano passado.

Na comparação do avanço relativo dos países da região, é possível observar que nove países alcançaram 100% do objetivo de redução da subalimentação. São eles Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai, Venezuela, Nicarágua, Panamá e Peru. Os seis primeiros, inclusive, chegaram a uma redução da prevalência da fome abaixo dos 5% da população, percentagem considerada muito além do esperado.

Nos casos da Nicarágua e do Peru, recebem destaque especial na comparação com as circunstâncias de partida dos países. Em 1990, o primeiro país centro-americano registrava 54,4% da população sofrendo de fome. Em 2014, esse índice foi reduzido para 16,8%. Já na nação sul-americana a diminuição nos últimos 24 anos foi de 34,4% para apenas 8,7%.

As nações que ainda não alcançaram a meta estão muito próximas de realizá-la em 2015. A Bolívia já avançou em 97,3% do objetivo, enquanto Honduras caminhou 94,7% e a Colômbia marca o índice de 94,4% de cumprimento. Outros quatro países tiveram avanços limitados e se considera improvável que alcancem o objetivo dentro do prazo estabelecido: Paraguai, com 87,15%; Equador, com 84,5%; El Salvador, com 33,3%; e Guatemala, com apenas 8% de avanço.

Chama a atenção o caso da Costa Rica, único país da região que não apenas não reduziu como aumentou os índices de fome entre a população. A percentagem de costarriquenhos subalimentados foi incrementada em 0,7% durante os últimos 24 anos, passando de 5,2% para 5,9%.

América Latina tem grande produção alimentícia, mas distribuição de riquezas é desigual. Foto: Reprodução.

Para a FAO, o avanço no enfrentamento da fome na região se deve ao compromisso político dos governos, à mobilização de toda a sociedade, ao reforço de sistemas de proteção social, com medidas para apoiar a produção (especialmente a agricultura familiar), além do desenvolvimento e fortalecimento dos marcos legais que permitem consolidar as conquistas e dotar recursos orçamentários à causa.

Esse panorama positivo e esperançoso para a suplantação de um dos mais graves problemas da humanidade, porém, continua marcado por desigualdades. Ainda que haja avanços nas políticas sociais e econômicas, a fome persiste na região. Segundo o diretor-geral da FAO, José Graziano, as causas da fome de 29,5 milhões de pessoas na América Latina não estão na falta de alimentos, mas porque parte da população não tem acesso a eles. "Na América Latina, há uma disponibilidade de alimentos como não existe em nenhuma outra parte do mundo", destaca Graziano. Segundo ele, o problema no continente é a distribuição da riqueza e o emprego precário. "Porque os salários são muito baixos devido ao excedente de mão de obra", acrescenta.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/03/2015 - Carta Maior

A ficção da autorregulação dos bancos

O principal problema hoje é a impressionante ineficiência e a absoluta ineficácia dos dispositivos de 'auto-fiscalização' que os próprios bancos criaram

Para além do sistema de fraude fiscal, os casos recentes envolvendo o HSBC, o Crédit Suisse ou o UBS (Union des Banques Suisses), entre outros, mostram os limites da capacidade dos agentes financeiros de se autorregular. Escândalo após escândalo, todos conseguiram não apenas escapar de um controle público rigoroso como convenceram os governos de que eles mesmos poderiam se autodisciplinar.

Após a grave crise de 2008, apesar de muitas promessas de palanque, as autoridades políticas conseguiram apenas limitar minimamente as atividades especulativas dos bancos. Em alguns anos, veremos que impactos terá a atual descoberta da hipocrisia normativa destes atores financeiros quando se trata de fortunas de origem duvidosa.

Há vinte anos, todos os bancos, mesmo os maiores, se comprometem em se adequar às normas internacionais de luta contra a lavagem de dinheiro, especialmente as regras relativas à transparência da identidade dos seus clientes e à legalidade do dinheiro depositado. O pedido de desculpas recente do HSBC mostra os limites dessas promessas.

Mais grave ainda, o que vem à tona é o jogo duplo que a maioria dos grandes bancos pôs em prática e sofisticou nos últimos 25 anos. Apesar do discurso de respeito às normas, continuavam a oferecer a uma parcela seleta de sua clientela um "pacote de anonimato e ocultação", que permitia não apenas aos detentores de "dinheiro sujo" (proveniente de todos os tipos de tráfico), mas também a uma parte da elite mundial e grandes empresas, organizar sua evasão fiscal e financeira. Portanto, não é de espantar, como mostrou o economista Gabriel Zucman, que as somas escondidas paraísos fiscais não parem de aumentar.

Impunidade

As descobertas atuais são particularmente graves quando lembramos que os bancos apoiaram, desde o início, acordos internacionais contra os circuitos de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas (1989), contra a lavagem de dinheiro de qualquer origem ilícita (1996) e, finalmente, do dinheiro que alimentava as redes de terrorismo (2005). Em cada etapa, os países reunidos no Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI, fundado em Paris em 1989, encarregado por esta luta por transparência), negociaram cada medida com os bancos. As instituições financeiras chamaram para si, inclusive, a responsabilidade de detectar e reportar às autoridades governamentais qualquer fluxo de capital ou cliente suspeito.

Acima de tudo, é esta cooperação que garante às instituições financeiras a impunidade penal. Por sua vez, essas organizações implementaram, através dos técnicos de cada país, uma "auditoria prévia" obrigatória (registro da identidade dos clientes, verificação do pano de fundo de transações incomuns, criação de monitoramento conformidade interna (compliance) etc).

Em resumo, o exercício de uma "polícia do dinheiro sujo" não foi imposto unilateralmente aos bancos. Eles não apenas aceitaram a proposta, mas, sobretudo, tiveram toda liberdade para definir as formas de aplicação que lhes conviessem.

O principal problema hoje é a impressionante ineficiência e a absoluta ineficácia destes dispositivos. É como se, diante do aumento de mortes na estrada, descobríssemos que o controle das rodovias fosse feito por clubes de corredores automobilísticos. É claro que o GAFI e alguns especialistas se questionavam frequentemente sobre o fato de delegar esta enorme responsabilidade a uma parte interessada tão poderosa e com histórico de regulação corporativista.

Cegueira

Hoje, as autoridades da Suíça e da Grã-Bretanha são questionadas por sua cegueira. Mas é preciso lembrar que elas não dispõem de nenhum poder de controle real, pelo simples motivo que os agentes financeiros nunca permitiram.

As autoridades nacionais delegam o controle a organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o GAFI, que possuem competências e recursos específicos para lutar contra a fraude fiscal e o "dinheiro sujo".

Mais uma vez, os problemas são muitos. Em primeiro lugar, o tipo de controle que eles poderiam exercer fere a soberania dos países. Representa uma ingerência no arcabouço jurídico, nas organizações institucionais, e nas regulamentações financeiras nacionais.

Além disso, os bancos só aceitaram ser monitorados por seus pares: são feitas avaliações mútuas e alternadas, onde o examinador é, no turno seguinte, o examinado.

Belo exercício de hipocrisia

No fim das contas, o procedimento garante ao examinado o controle das conclusões finais. O levantamento\investigação é, na realidade, meramente formal. Um questionário de autoavaliação é preenchido pelo país examinado, e cada país reúne as informações sobre as normas e as práticas dos seus estabelecimentos.

Com base na resposta escrita, é organizada uma avaliação presencial, mas esta se limita a reuniões com as principais autoridades responsáveis pelo controle nacional e profissional. Por último, elabora-se um relatório da visita, mas a versão final volta muitas vezes às mãos das autoridades de cada país, de modo a que o resultado soe como estímulo às correções desejadas, não como acusação ou estigma.

Em última análise, este controle feito pelos próprios pares revela-se um belo exercício de hipocrisia coletiva que permite que o Delaware (EUA), às Ilhas anglo-normandas (Reino Unido), o Luxemburgo e a Suíça continuem a ser alguns dos territórios mais laxistas e menos cooperativos com seus "pares".

À luz do que foi revelado nos últimos anos, este sistema ainda tem alguma credibilidade? Estamos satisfeitos com a existência de procedimentos que só existem no papel e cujos efeitos práticos nunca são avaliados? Os bancos não demonstraram sua incapacidade de autorregulação?

(*)Pierre Lascoumes é coautor, com Carla Nagels, de Sociologie des élites délinquantes. De la criminalité en col blanc à la corruption politique, Editora Armand Colin, 2014. (Sociologia das elites delinquentes: do crime de colarinho branco à corrupção política, sem tradução em português).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - Brasil247

Produção de petróleo no Brasil sobe 20% em janeiro

A produção média de petróleo no Brasil somou 2,469 milhões de barris por dia (bpd) em janeiro, 20,3% superior ao mesmo mês de 2014 e 1,1% inferior a dezembro, segundo boletim da produção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nesta terça-feira, 3; produção média de gás natural em janeiro foi a maior já registrada, de 96,6 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), crescimento de 20,2% frente um ano antes e alta de 1,5% se comparada ao mês anterior; cerca de 92,2% da produção de petróleo e gás natural foi proveniente de campos operados pela Petrobras

A produção média de petróleo no Brasil somou 2,469 milhões de barris por dia (bpd) em janeiro, 20,3% superior ao mesmo mês de 2014 e 1,1% inferior a dezembro, segundo boletim da produção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nesta terça-feira.

A produção média de gás natural em janeiro foi a maior já registrada, de 96,6 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), crescimento de 20,2% frente um ano antes e alta de 1,5% se comparada ao mês anterior.

Quando somadas as produções de petróleo e de gás, o país extraiu 3,077 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), alta de 20% em relação a janeiro de 2014.

No pré-sal, o Brasil produziu 670,1 mil bpd de petróleo e 24,5 milhões m³/d de gás natural, totalizando 824,2 mil boed, um aumento de 1% em relação ao mês anterior.

Cerca de 92,2% da produção de petróleo e gás natural foi proveniente de campos operados pela Petrobras, destacou a agência reguladora.

Depois da estatal brasileira, a concessionária com a maior produção de óleo e gás no Brasil foi a britânica BG, seguida pela Repsol Sinopec, ambas parceiras da Petrobras no pré-sal.